



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 08/2026.

Modo de Disputa Aberto

1. PREÂMBULO:

1.1. Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **Prefeitura Municipal de Tomar do Geru, Estado de Sergipe**, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº **053/2026 de 03 de fevereiro de 2026**, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **menor preço por item**, objetivando a contratação de empresa especializada em prestação de serviços em Locação de veículos tipo Ônibus, destinados ao Transporte Escolar, para atendimento aos alunos residentes do Município para deslocamentos municipais, com fornecimento de motorista por conta da contratada, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência, ANEXO I, deste Edital e demais anexos.

1.2. A presente licitação será regida pela: Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de janeiro de 2006 e redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014, Instrução Normativa nº 73 SEGES, de 30 de setembro de 2022, Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor e demais legislação aplicável, e ainda, de acordo com as condições estabelecidas nesse Edital.

1.3. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: **<https://licitanet.com.br/>**.

2. DO ENDEREÇO, DATA E HORÁRIO DO CERTAME

2.1. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será aberta por comando da Pregoeira, com a utilização de sua chave de acesso e senha no endereço eletrônico, data e horário abaixo discriminados:

Limite de Acolhimento das Propostas Comerciais: 11/06/2026 às 09h59min – Horário de Brasília

Abertura das Propostas Comerciais e da Sessão do Pregão eletrônico: 11/06/2026 às 10h00min– Horário de Brasília.

2.2. Do Provedor do Sistema Eletrônico Utilizado:

2.2.1. O Provedor do Sistema Eletrônico para este Pregão será o **Licitanet Licitações On-Line**, através do site **<https://licitanet.com.br/>**, onde poderão ser acessados este Edital e seus anexos.

2.2.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação em contrário informada pela Pregoeira.

2.3. Formalização de Consultas e Informações

2.3.1. Observado o prazo legal, o licitante poderá formular consultas por e-mail, informando o número da licitação.

2.3.2. Para maiores esclarecimentos deste Edital, informa-se:

- a.** Endereço do setor de licitação: Praça Getulio Vargas, nº 284, Centro, Tomar do Geru/SE.
- b.** Horário de atendimento ao público: 8:00h às 13:00h, de segunda-feira a sexta-feira.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- c. Referência de tempo: horário de Brasília/DF
- d. Sites: <http://www.tomardogeru.se.gov.br/licitacoes> e <https://www.licitanet.com.br>.

2.4. Anexos

2.4.1. Anexo I – Termo de Referência / Apenso I – Modelo de Composição de Custos

2.4.2. Anexo II – Minuta de Contrato

3. DO OBJETO

3.1. A presente licitação tem por objeto a **contratação de empresa especializada em prestação de serviços em Locação de veículos tipo Ônibus, destinados ao Transporte Escolar, para atendimento aos alunos residentes do Município para deslocamentos municipais, com fornecimento de motorista por conta da contratada**, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência, ANEXO I, deste Edital e demais anexos.

3.2. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

UNIDADE	AÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSOS
16006 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2014 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	33903900 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001– IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
16006 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2038 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE ESCOLAR	33903900 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15530000 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE)
16006 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2038 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE ESCOLAR	33903900 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15760000 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS ESTADOS PARA PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO
16006 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2038 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE ESCOLAR	33903900 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15710000 – TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO

5. DO CREDENCIAMENTO JUNTO A LICITANET – LICITAÇÕES ON-LINE

5.1. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela plataforma LICITANET, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital:

5.1.1. Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “PREGÃO



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ELETRÔNICO” através do site <https://licitanet.com.br/>.

5.1.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

5.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica.

5.1.4. O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2005, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.1.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6. DA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos, e que detenham atividade compatível e pertinente com o seu objeto.

6.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2005, na conformidade do item 8, deste edital.

6.3. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário impedimento da proponente, no referido certame.

6.4. Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do Anexo I (Termo de Referência).

6.5. Como requisito para participação no pregão eletrônico o licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do Anexo I (Termo de Referência).

6.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no edital e Lei Federal nº 14.133/21.

6.7. Poderão participar deste pregão eletrônico:

6.7.1. Somente poderão participar deste pregão eletrônico, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>.

6.7.2. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo.

6.7.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo da Prefeitura Municipal de Tomar do Geru, em nenhum caso, responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações

Endereço: Praça Getulio Vargas, nº 284, Centro, Tomar do Geru/SE

E-mail: setor.licitacoes@tomardogeru.se.gov.br



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão.

6.7.4. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

6.7.5. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://licitanet.com.br/>.

6.7.6. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

6.7.7. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou da Prefeitura Municipal de Tomar do Geru, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

6.7.8. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

6.8. Não poderão disputar esta licitação:

6.8.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

6.8.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

6.8.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

6.8.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

6.8.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

6.8.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

6.8.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

6.8.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

6.8.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

6.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição; e

6.8.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

6.9. O impedimento de que trata o item 6.8.2. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 6.8.2. e 6.8.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

do órgão ou entidade.

6.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

6.12. O disposto nos itens 6.8.2. e 6.8.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

6.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.14. A vedação de que trata o item 6.8.5. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6.15. A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

6.16. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país.

6.17. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, quando apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado neste país.

6.18. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração da proposta de preços.

6.19. Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.

6.20. Os fornecedores deverão manter, durante toda a vigência do Contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.21. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2005 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pela Pregoeira ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

7. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS EMPRESAS ENQUADRADAS COMO MICROEMPRESA – ME E EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP

7.1. Será observado e assegurado tratamento diferenciado concedido às Microempresas – ME e às Empresas de Pequeno Porte – EPP na participação em certames licitatórios, conforme determina a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2005, em especial o previsto nos artigos 43 a 45 da referida lei e a Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014.

7.2. Será desclassificada/inabilitada a empresa que fizer uso dos benefícios concedidos às Microempresas – ME e às Empresas de Pequeno Porte – EPP por ocasião de participação em certames licitatórios deste Município, quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2005, no ano fiscal anterior, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos na referida lei.

7.2.1. A utilização indevida dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2005 **configura fraude ao certame**, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com o Município de Tomar do Geru, nos termos do Item – SANÇÕES.

7.3. As Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

Endereço: Praça Getúlio Vargas, nº 284, Centro, Tomar do Geru/SE

E-mail: setor.licitacoes@tomardogeru.se.gov.br



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

7.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme dispõe o art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º 123/2005, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 147/2014;

7.5. A não regularização da documentação no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.6. Será assegurado como **critério de desempate** a preferência de contratação para as Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, conforme esclarecimentos abaixo:

7.6.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP sejam iguais ou até **5% (cinco por cento) superiores** à proposta mais bem classificada;

7.7. Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123/2005, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

7.7.1. a Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

7.7.2. não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

7.7.3. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.8. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput do artigo 45 da Lei, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.9. O disposto no artigo 45 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.10. No caso desta modalidade, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de **5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances**, sob pena de preclusão.

8. DAS ATRIBUIÇÕES DO(A) PREGOEIRA(A) E DEMAIS

8.1.1. O certame será conduzido pela Pregoeira, que terá as seguintes atribuições:

8.1.2. Coordenar o processo licitatório;

8.1.3. Receber, examinar e decidir as impugnações e consulta ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;

8.1.4. Conduzir a sessão pública na internet;

8.1.5. Verificar a conformidade da proposta de preços com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

8.1.6. Dirigir a etapa de lances;

8.1.7. Verificar e julgar as condições de habilitação;

8.1.8. Receber, examinar e decidir os recursos, encaminhado à autoridade competente quando mantiver



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

sua decisão;

8.1.9. Indicar o vencedor do certame;

8.1.10. Conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

8.1.11. Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a Adjudicação e a homologação.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: através da plataforma do “Licitanet”.

9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

9.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação, na forma do § 2º, do art. 16, da Instrução Normativa nº 73/2022.

9.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

10.1.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (<https://licitanet.com.br/>), os documentos de **habilitação** exigidos no edital, quando solicitado ao licitante classificado provisoriamente em 1º (primeiro) lugar, em campo próprio do sistema, após o findo da fase anterior, **proposta** com a “*descrição detalhada do objeto ofertado*”, incluindo **quantidade, preço** e a **marca** (conforme solicita o sistema), até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação.

10.1.2. As propostas registradas no Sistema **não devem conter nenhuma identificação da empresa proponente**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas. Em caso de identificação da licitante na proposta registrada, esta será desclassificada pela Pregoeira.

10.1.3. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública.

10.1.4. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no portal e as especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência), prevalecerão às últimas.

10.1.5. Na Proposta de Preços registrada/inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como: despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

10.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1. e 7.13.1 deste Edital.

10.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

10.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

10.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

10.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

10.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

10.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

10.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

10.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 10.4 ou 10.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

10.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

10.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

10.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

10.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

10.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

melhor oferta; e

10.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

10.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

10.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

10.11.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto, na forma do § 1º, art. 19, da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

10.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 12.7.2. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

10.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

10.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

11. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

11.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

11.1.1. Valor unitário e total do item;

11.1.2. Marca;

11.1.3. Fabricante;

11.1.4. Quantidade Cotada;

11.1.5. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

11.1.4.1. Em se tratando de:

11.1.4.2. Serviços colocar a palavra “**serviços**”, a expressão “**SV**” ou deixar em branco o campo marca.

11.1.4.3. Produtos fabricação própria colocar a expressão “**fabricação própria**”.

11.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

11.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

11.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

11.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

meses.

11.6. Informa-se que o município reterá o valor da alíquota, correspondente à espécie do bem fornecido ou do serviço prestado – na forma preconizada pela IN RFB nº1.234/2012 –, concernente ao Imposto de Renda, ou seja, ficará retido na fonte ao qual incidirá sobre o(s) pagamento(s) efetuado(s) por este município ao fornecedor/contribuinte.

11.7. Na presente licitação, acaso as eventuais Microempresas e a Empresas de Pequeno Porte que optarem por se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, quando pertinente, sua documentação será remetida ao crivo de apreciação do setor técnico competente, para aferir a plausibilidade, ou não, na forma do art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

11.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

11.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

11.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

11.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 10.9.

11.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

11.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

11.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

12. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

12.1. No horário estabelecido neste Edital, A Pregoeira abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, conferir à apresentação da garantia das propostas, seguindo as diretrizes legais e da plataforma do LICITANET, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no item 10.2 do edital.

12.1.1. A Pregoeira poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “**descrição detalhada do objeto**” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), **desclassificando**, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

12.2. Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexecutável, a Pregoeira obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então **desclassificará**.

12.2.1. O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexecutável, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.

12.3. As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

desclassificadas do certame pela Pregoeira.

12.4. Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site <https://licitanet.com.br/>, conforme Edital.

12.4.1. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

12.4.2. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

12.4.3. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá obedecer ao valor de 0,50 (cinquenta centavos).

12.4.4. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

12.5. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

12.6. Considerando à adoção do modo de disputa aberto, para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

12.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

12.7.1. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

12.8. Sendo efetuado lance manifestamente inexecutável, O(a) Pregoeira(a) poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;

12.9. A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;

12.10. No caso de desconexão com O(a) Pregoeira(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;

12.11. A Pregoeira, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

12.12. Quando a desconexão do sistema eletrônico para O (a) Pregoeira(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeira(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site <https://licitanet.com.br/>

12.13. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

12.14. A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;

12.15. Em relação a itens **não** exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2005.

12.16. Entende-se como empate àquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada, depois de encerrada a etapa de lances;

12.17. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

12.18. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

12.19. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

12.20. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos neste item, convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

12.21. O disposto no item 12.15 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

12.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

12.22.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

12.22.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

12.22.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

12.22.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

12.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

12.23.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

12.23.2. empresas brasileiras;

12.23.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

12.23.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

12.24. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas, na forma do §2º, do Art. 27, da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73, de 30 de setembro de 2022.

12.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, O(A) Pregoeira(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

12.25.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os seguintes preços unitários máximos como critério de aceitabilidade:

12.26. O(A) Pregoeira(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, **envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

12.27. No caso de bens e serviços em geral, será considerado indício de inexecuibilidade, na forma do art. 34 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, o preço cotado inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração.

12.27.1. A inexecuibilidade da proposta não será presumida de forma absoluta, devendo ser oportunizado ao licitante demonstrar a exequibilidade de sua proposta, mediante apresentação de documentos e justificativas que comprovem a viabilidade da execução contratual.

12.28. Quando O(A) Pregoeira(a) e/ou Comissão de Contratação, conforme o caso, considerar os preços praticados pelo licitante inexecuíveis, de acordo com os padrões acima estabelecidos, **deverá o licitante comprovar a exequibilidade dos mesmos, dentro de critérios técnicos (notas fiscais de serviços similares já prestados e contratos/Ata de Registro de Preços, e, ainda, planilha contábil para comprovar a exequibilidade dos preços praticados,** após ressarcidos os custos operacionais, materiais e pessoais e demonstrando o cumprimento de todas as obrigações fiscais, trabalhistas, tributárias, legais, encargos, taxas e demais, e, ainda, auferir lucro, com o preço apresentado, por exemplo, **no prazo de 02 (duas horas),** sob pena de desclassificação da proposta, se não o fizer, consoante Art. 59, inc. IV, da Lei nº 14.133/21 e Súmula nº 262 – TCU

12.29. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

12.29.1. Quando solicitado pela Administração, o licitante vencedor deverá apresentar, por meio eletrônico, planilha de composição de custos contendo os elementos formadores do preço ofertado, com os respectivos valores adequados ao lance vencedor, visando demonstrar a exequibilidade da proposta e a adequada execução do objeto contratual.

12.29.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual, conforme al. “d5”, do item 2.6, do anexo V, da Instrução Normativa Nº 005/2017.

12.29.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

12.29.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

12.29.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

12.30. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

12.30.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

12.31. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

12.32. A Pregoeira poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, bem como solicitar documentos complementares necessários à comprovação da exequibilidade da proposta e da compatibilidade do objeto ofertado com as especificações constantes no Termo de Referência, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.33. Poderão ser solicitados documentos complementares relativos aos veículos que serão utilizados na execução dos serviços, tais como: CRLV, comprovante de inspeção veicular, documentação do tacógrafo, apólice de seguro, registros perante os órgãos competentes e demais documentos previstos no Termo de Referência.

12.34. A documentação complementar solicitada deverá ser apresentada no prazo estabelecido pela Pregoeira, por meio do sistema eletrônico, sob pena de desclassificação da proposta ou inabilitação do licitante, conforme o caso.

12.35. A diligência prevista neste item não poderá resultar em inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta ou da documentação de habilitação, ressalvadas as hipóteses legais de saneamento previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

12.36. O(A) Pregoeira(a) poderá solicitar parecer técnico do setor competente, da Procuradoria Jurídica do Município ou de assessoria especializada para subsidiar suas decisões.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

13.28. O sistema gerará a proposta reformulada do licitante que ofertou o menor preço, **após o término da habilitação**, em conformidade com os lances eventualmente ofertados:

13.29. PRAZO DE VALIDADE DE, NO MÍNIMO, **60 (SESSENTA) DIAS**, a contar da data marcada para a abertura da presente licitação. Em caso de omissão, considerar-se-á aceito o prazo citado nesta alínea;

13.30. PREÇO UNITÁRIO E TOTAL PARA O OBJETO LICITADO, fixo e irrevogável, **limitado a 02 (duas) casas decimais**, numérico e por extenso, expresso em moeda nacional;

13.31. DECLARAÇÃO no corpo da proposta, de que o preço ofertado inclui todos os custos e despesas inerentes ao objeto licitado, tais como: **manutenção, seguro, equipamentos, impostos e taxas** e outro mais que possa influir direta ou indiretamente no custo do serviço. A falta de manifestação implicará em declaração de que todas as despesas já estão inclusas;

13.32. RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO, telefone/fax, número do CNPJ, banco, agência, número da conta corrente;

13.33. O encaminhamento das propostas pressupõe o conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no Edital e seus anexos.

13.34. **A empresa será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.**

13.35. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional pelo sistema eletrônico, o(a) licitante deverá preencher as informações no Campo “Informações Adicionais” ou anexá-las no campo apropriado do sistema do licitanet, sob pena de **desclassificação** e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, fardamento, materiais utilizados durante o período do **SERVIÇO PRESTADO**, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o objeto licitado.

13.10. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta inicialmente apresentada, salvo nos casos de ajustes de valores, após o encerramento da etapa de lances, se houver.

13.11. **A Pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie**

Endereço: Praça Getulio Vargas, nº 284, Centro, Tomar do Geru/SE

E-mail: setor.licitacoes@tomardogeru.se.gov.br



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, ACOMPANHADO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS contendo a composição clara do preço, todos os insumos, encargos em geral e lucro em relação ao preço final. Acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários.

14. DA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

- 14.28.** A exigência de apresentação da composição detalhada de custos (conforme modelo sugerido, anexo do Termo de Referência) no processo de licitação tem como objetivo garantir a transparência, a economicidade e a isonomia durante a seleção do fornecedor, além de proteger a Administração Pública contra práticas prejudiciais ao certame, como propostas com preços irrealisticamente baixos (inexequíveis) ou superfaturados, que podem comprometer tanto a eficiência do certame quanto a execução contratual.
- 14.29.** Apresentar Composição de Preço para a Proposta de Preço realinhada, conforme critério de julgamento, seguindo as prescrições do termo de referência e seu apenso, que trata do modelo sugestivo proposto.
- 14.30.** Os preços de custos deverão considerar as alíquotas em conformidade com o objeto e seu eventual volume de serviço.
- 14.31.** A diligência tem caráter meramente consultivo para fins de saneamento de imprecisões contidas em documentos apresentados.
- 14.32.** A carga tributária deverá ser comprovada através de documentos contábeis oficiais, devendo na planilha conter as alíquotas individuais em percentuais e seus resultados.
- 14.33.** As pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional deverão anexar o **extrato do PGDAS do último mês.**
- 14.34.** As pessoas jurídicas optantes pelo lucro presumido ou lucro real deverão apresentar memorial detalhado da composição do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL.
- 14.35.** Poderá ser acrescido a composição, nota explicativa com a finalidade de esclarecer valores e fatos que possa direcionar a Pregoeira para dubio entendimento.
- 14.36.** Todos os custos, inclusive a carga tributária, deverão considerar a prestação futura do serviço, ou no caso de serviço, a prestação de serviço futura do item em disputa, tendo como base o valor inicial da proposta.
- 14.37.** Os custos de despesas operacionais deverão ser calculados de acordo o demonstrativo de resultado do último exercício registrado na junta Comercial ou via Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, considerando o resultado em percentual de 1/12 avos das Despesas Operacionais com subtração dos impostos, em relação a Receita Bruta, sendo vetado a duplicidade de despesas.
- 14.38.** Regramento para desclassificação no caso de erros na composição de custos



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

14.38.1. Obrigatoriedade da apresentação da composição de custos: A composição de custos deve ser apresentada de forma detalhada, clara e objetiva, demonstrando todos os elementos necessários para a perfeita execução do objeto licitado, incluindo:

- 14.38.1.1. Custos diretos e indiretos;
- 14.38.1.2. Encargos sociais e trabalhistas;
- 14.38.1.3. Tributos e impostos aplicáveis;

14.39. Margem de lucro.

- Compatibilidade com o valor global da proposta: A composição de custos apresentada deve ser compatível com o valor global da proposta. Qualquer valor global que seja inferior ao total dos custos declarados na composição será considerado inexequível, resultando na desclassificação da proposta.

- Inconsistências ou omissões na composição de custos: Caso a composição de custos apresente:

14.40. Falta de informações essenciais ou omissão de itens exigidos no edital ou Termo de Referência;

14.41. Inconsistências ou incompatibilidades entre os dados apresentados e o valor global da proposta;

14.42. Erros graves que inviabilizem a análise da exequibilidade da proposta; a proposta poderá ser considerada desclassificada, conforme o caso.

- Possibilidade de saneamento de falhas: Erros sanáveis na composição de custos, como falhas formais, pequenos erros de cálculo ou omissões de informações complementares, poderão ser regularizados pelo licitante, mediante concessão de prazo para saneamento, nos termos do art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que:

14.42.1. A falha não comprometa a análise da exequibilidade;

14.42.2. A falha não seja relacionada à ausência total da composição de custos;

14.42.3. O saneamento não afete a igualdade de condições entre os licitantes.

14.42.3.1. Rejeição de propostas com erros insanáveis: Caso os erros identificados na composição de custos sejam considerados insanáveis ou comprometam a comprovação da viabilidade técnica e financeira da proposta, esta será considerada inabilitada ou desclassificada.

14.42.3.2. Inexequibilidade da proposta: Propostas cujos preços globais não cubram os custos declarados na composição serão consideradas manifestamente inexequíveis e serão desclassificadas, conforme disposto no art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.42.3.3. Responsabilidade da licitante: A licitante é responsável pelas informações apresentadas na composição de custos e declara, sob as penas da lei, que os dados fornecidos são verdadeiros, compatíveis com o objeto e suficientes para a perfeita execução contratual.

14.42.3.4. Transparência e proteção da Administração Pública: Esse regramento tem como objetivo garantir a transparência no processo licitatório, proteger a Administração Pública contrapropostas inexequíveis ou inviáveis, e assegurar a contratação mais vantajosa, em conformidade com os princípios da economicidade, isonomia e eficiência previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

15. DA GARANTIA DA PROPOSTA

15.28. Os licitantes deverão apresentar garantia da proposta, na forma do item 6.2 do Termo de referência.

16. DA HABILITAÇÃO



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

16.28. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

16.28.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

16.29. Será realizada, também, consulta do sócio majoritário no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>), por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

16.30. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do sistema, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica-financeira e habilitação técnica.

14.4 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

14.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitaes quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

14.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.8. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

14.9. A verificação pela Pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

14.9.1. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

14.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (*Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º*):

14.10.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

14.10.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

14.11. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 14.13.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 14.14.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 14.15.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 14.16.** Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens 12.3. ao 12.21.5. do Termo de Referência.

15 DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

- 15.1** – Os documentos de habilitação poderão ser encaminhados em processo de cópia autenticada pelo Cartório Competente ou acompanhados do original para serem autenticados por Servidor da Administração. As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis.
- 15.2.** Poderá envio dos documentos serem autenticados digitalmente ou que possam ter sua autenticidade verificada pela internet.
- 15.3.** Solicita-se que os documentos anexados na Plataforma Eletrônica Licitanet, que não puderem ser alcançados via internet para sua conferência, preferencialmente, sejam autenticados digitalmente, a fim de facilitar os trabalhos da Pregoeira e imprimir maior celeridade ao certame.
- 15.4.** Ainda para efeito de conferência da documentação, e em atendimento aos princípios da eficiência, razoabilidade e celeridade, a Pregoeira poderá solicitar ao licitante vencedor que encaminhe a documentação original necessária à conferência através de vídeo gravado contendo a filmagem integral, sem cortes e plenamente legível dos documentos originais, frente e verso.
- 15.5.** Poderá, também, ser solicitada pela Pregoeira a realização de chamada de vídeo *on line*, através de plataforma própria (WhatsApp, Microsoft Teams, Google Meet, Zoom, Skype, etc.), a ser definida entre a mesma e o licitante, para a conferência da documentação, a qual poderá ser gravada.
- 15.6.** A decisão acerca da utilização dos métodos descritos nos subitens 16.2 e 16.3 será comunicada via sistema a todos os licitantes e informado como será a mesma realizada, ficando disponível a todos os interessados
- 15.7.** O prazo estabelecido no item 16.1 poderá ser prorrogado, apedido do licitante, desde que a justificativa seja aceita pela Administração
- 15.8.** Os documentos de Habilitação deverão estar com prazo vigente.
- 15.9.** A Pregoeira reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.
- 15.10.** A falta de qualquer dos documentos exigidos no edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela Pregoeira.
- 15.11.** Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo endereço referindo-se ao local da sede da empresa licitante.
- 15.12.** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

16 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 16.1.** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do(a) Pregoeira(a) no sistema eletrônico e deverá:
- 16.1.1** Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu

Endereço: Praça Getulio Vargas, nº 284, Centro, Tomar do Geru/SE

E-mail: setor.licitacoes@tomardogeru.se.gov.br



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

representante legal.

16.1.2 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

16.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

16.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca e procedência, vinculam a Contratada.

16.4 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (inc. II, do art. 12, da Lei Federal nº 14.133/2021).

16.5 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

16.6 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

16.7 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

17. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165, da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

17.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

17.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

17.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

17.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação; e

17.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

17.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

17.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

Endereço: Praça Getulio Vargas, nº 284, Centro, Tomar do Geru/SE

E-mail: setor.licitacoes@tomardogeru.se.gov.br



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

17.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <http://www.tomardogeru.se.gov.br/licitacoes>.

18. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

18.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

18.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

18.3. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2005. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

18.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

18.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

18.6. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no sistema, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

19. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

19.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

19.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

19.3. Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, estará sujeito às penalidades previstas no Item – **DAS SANÇÕES**. Neste caso, a Pregoeira examinará as ofertas subsequentes, e a habilitação dos proponentes, observada a ordem de classificação, até apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo proponente convocado para negociar redução do preço ofertado e, se for o caso, celebrar o Contrato.

20. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

20.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado contrato.

20.1.1. Como condicionante para a celebração contratual, às empresas a serem contratadas, que possuírem, no seu quadro de funcionários, 25 (vinte e cinco) funcionários, ou mais, deverão admitir, ao menos, 08% (oito por cento) de mulheres vítimas de violência doméstica, na forma da Nota Recomendatória TCE/SE Nº01/2024 c/c Decreto Federal Nº 11.430, de 08 de março de 2023.

20.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento de contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

20.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para o aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja aceito no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.

20.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

20.3. O Aceite do contrato, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

20.3.1. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

20.3.2. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 139 da mesma Lei.

20.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 156, da Lei federal Nº 14.133/21.

20.4.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

20.5. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

20.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

21. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

21.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

22. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

22.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

23.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

24. DO PAGAMENTO

24.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

25. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

25.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

25.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeira/a durante o certame;

25.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

25.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

25.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

25.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

25.1.2.4. Deixar de apresentar documentos complementares, esclarecimentos ou comprovações técnicas eventualmente solicitadas pela Pregoeira, nos prazos estabelecidos no edital;

25.1.2.5. Apresentar proposta ou documentação em desacordo com as especificações e exigências previstas neste edital e seus anexos.

25.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

25.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

25.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

25.1.5. Fraudar a licitação.

25.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

25.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

25.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

25.1.6.3. Apresentar documentação falsa, adulterada, inválida ou contendo informações inverídicas durante o certame;

25.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

25.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

25.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

25.2.1. Advertência;

25.2.2. Multa;

25.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

25.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

25.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

25.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

25.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

25.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

25.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública; e

25.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

25.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, conforme § 1º, do art. 156, da Lei Federal Nº 14.133/21, a contar da comunicação oficial.

25.4.1. Para as infrações previstas nos itens 25.1.1, 25.1.2 e 25.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

contrato licitado, na forma do § 3º, do art. 156, da Lei Federal Nº 14.133/21.

25.5. Para as infrações previstas nos itens 25.1.4, 25.1.5, 25.1.6, 25.1.7 e 25.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado, na forma do Art. 155, da Lei Federal Nº 14.133/21.

25.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

25.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de sua intimação.

25.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 25.1.1, 25.1.2 e 25.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, na forma do § 4º, do Art. 156, da Lei Federal Nº 14.133/21.

25.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 25.1.4, 25.1.5, 25.1.6, 25.1.7 e 25.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 25.1.1, 25.1.2 e 25.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

25.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 25.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

25.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, na forma do § 1º, do art. 158, da Lei Federal Nº 14.133/21.

25.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

25.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

25.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

25.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados, conforme § 9º, do Art. 156, da Lei federal Nº 14.133.

26. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DO CERTAME

26.1. A Administração, observadas razões de conveniência e oportunidade, devidamente justificadas, poderá revogar a presente licitação, em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou declarar a sua nulidade por



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

motivo de ilegalidade, de ofício ou por provação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

26.2. Os licitantes não terão direitos a indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual ou documento equivalente.

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

27.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

27.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

27.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

27.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

27.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

27.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

27.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

27.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

27.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.tomardogeru.se.gov.br/licitacoes>.

28. DOS CASOS OMISSOS

28.1 Os casos omissos serão solucionados diretamente pela Pregoeira ou Autoridade Competente, observados os preceitos de direito público e as disposições de Lei nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021.

Tomar do Geru/SE, 22 de maio de 2026.

Laize Santos de Almeida
Pregoeira Oficial



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE REFERÊNCIA CONSOLIDADO

1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

1.1. A contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de transporte escolar no município de TOMAR DO GERU revela-se uma medida necessária e estratégica para assegurar o acesso universal à educação, direito constitucional previsto no artigo 208, inciso VII, da Constituição Federal de 1988, bem como para o cumprimento das determinações da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que estabelece a oferta do transporte escolar como obrigação dos entes federativos no âmbito dos programas suplementares.

O município enfrenta limitações estruturais e operacionais, notadamente a insuficiência de frota própria e de recursos humanos capacitados para a execução direta do serviço, o que inviabiliza o atendimento integral dos alunos, especialmente aqueles que residem na zona rural ou em localidades de difícil acesso.

A necessidade de garantir a frequência regular às aulas, a permanência dos alunos nas escolas e o cumprimento do calendário letivo exige uma solução eficaz, regular e segura. A contratação ora proposta permitirá o atendimento de 08 (oito) rotas fixas, abrangendo os turnos matutino, vespertino e noturno, com a utilização de ônibus com capacidade mínima de 45 passageiros, assegurando o transporte digno e seguro de todos os estudantes da rede pública municipal e estadual.

Trata-se, portanto, de uma contratação fundamentada no interesse público, essencial para a promoção da igualdade de oportunidades no acesso à educação, para a valorização da permanência escolar e para o atendimento das metas educacionais do município.

2. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada em **prestação de serviços em Locação de veículos tipo Ônibus, destinados ao Transporte Escolar, para atendimento aos alunos residentes do Município para deslocamento municipais**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÕES	UND	QUANT. DE KM	QUANT. DE DIÁRIAS	VALOR DO KM	VALOR TOTAL DIÁRIA	VALOR TOTAL DO ITEM
1	26522	ÔNIBUS ESCOLAR - 1 VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, COM AR-CONDICIONADO, LOTAÇÃO MÍNIMA DE 45 (QUARENTA E CINCO) PASSAGEIROS SENTADOS, ANO DE FABRICAÇÃO MÍNIMO 2011, COM MOTORISTA, DESTINADO AO TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDIMENTO NOS TURNOS MATUTINO, VESPERTINO E NOTURNO, NA ROTA: PEDRO BALBINO – ENTROCAMENTO – BREJINHO – BASTIÃO	KM	118	200	R\$ 15,17	R\$ 1.790,06	R\$ 358.012,00



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

		– CASCAVEL – BURUM – SERROTE – DOM JOSÉ VICENTE TÁVORA – PEDRO BALBINO – COLÉGIO AGRÍCOLA. OS HORÁRIOS DE OPERAÇÃO SERÃO: TURNO MATUTINO, COM SAÍDA ÀS 05H00, CHEGADA ÀS 07H30 E RETORNO ÀS 11H30; TURNO VESPERTINO, COM SAÍDA ÀS 12H20, CHEGADA ÀS 12H55 E RETORNO ÀS 16H50; E TURNO NOTURNO, COM SAÍDA ÀS 17H40, CHEGADA ÀS 18H30 E RETORNO ÀS 22H00.						
2	26523	ÔNIBUS ESCOLAR - 2 VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, COM AR-CONDICIONADO, LOTAÇÃO MÍNIMA DE 45 (QUARENTA E CINCO) PASSAGEIROS SENTADOS, ANO DE FABRICAÇÃO MÍNIMO 2011, COM MOTORISTA, PARA ATENDIMENTO NOS TURNOS MATUTINO, VESPERTINO E NOTURNO, NA ROTA: PEDRO BALBINO – DINDIN – BARREIRO – PAU D'ARCO – JAPÃO – TABULEIRO – MÃE LUZIA – ENTROCAMENTO – DOM JOSÉ VICENTE TÁVORA – PEDRO BALBINO – COLÉGIO AGRÍCOLA. OS HORÁRIOS DE OPERAÇÃO SERÃO: TURNO MATUTINO, COM SAÍDA ÀS 05H00, CHEGADA ÀS 07H30 E RETORNO ÀS 11H30; TURNO VESPERTINO, COM SAÍDA ÀS 12H20, CHEGADA ÀS 12H55 E RETORNO ÀS 16H50; E TURNO NOTURNO, COM SAÍDA ÀS 17H40, CHEGADA ÀS 18H30 E RETORNO ÀS 22H00.	KM	84	200	R\$ 16,62	R\$ 1.396,08	R\$ 279.216,00
3	26524	ÔNIBUS ESCOLAR - 3 VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, COM AR-CONDICIONADO, LOTAÇÃO MÍNIMA DE 45 (QUARENTA E CINCO) PASSAGEIROS SENTADOS, ANO DE FABRICAÇÃO MÍNIMO 2011, COM MOTORISTA, PARA ATENDIMENTO NOS TURNOS MATUTINO, VESPERTINO E NOTURNO, NA ROTA: PEDRO BALBINO – TOCO DA VELHA – BATISTA – BREJINHO – OITI – ENTROCAMENTO – MORADA DO SOL – RUA DA ESTAÇÃO – DOM JOSÉ VICENTE TÁVORA – PEDRO BALBINO – COLÉGIO AGRÍCOLA, COM PERCURSO DIÁRIO DE APROXIMADAMENTE 80 KM. OS HORÁRIOS SERÃO: MATUTINO (06H00 / 07H30 / 11H30), VESPERTINO (12H20 / 12H55 / 16H50) E NOTURNO (17H40 / 18H30 / 22H00).	KM	80	200	R\$ 15,80	R\$ 1.264,00	R\$ 252.800,00
4	26525	ÔNIBUS ESCOLAR - 4 VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, COM AR-CONDICIONADO, LOTAÇÃO MÍNIMA DE 45 (QUARENTA E CINCO) PASSAGEIROS SENTADOS, ANO DE FABRICAÇÃO MÍNIMO 2011, COM MOTORISTA, DESTINADO AO TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDIMENTO NOS TURNOS MATUTINO E VESPERTINO, NA ROTA: PEDRO BALBINO – ASSENTAMENTO SERRA DO RIO REAL – POÇO DAS MOÇAS – ILHAS DO RODRIGUES – LOPES – LAGOADO SANDE. OS HORÁRIOS DE OPERAÇÃO SERÃO: TURNO MATUTINO, COM SAÍDA ÀS 04H30, CHEGADA ÀS 07H30 E RETORNO ÀS 11H30; TURNO VESPERTINO, COM SAÍDA ÀS 12H20, CHEGADA ÀS 12H55 E RETORNO ÀS 16H50; E TURNO NOTURNO, COM SAÍDA ÀS 17H40, CHEGADA ÀS 18H30 E RETORNO ÀS 22H00.	KM	160	200	R\$ 16,35	R\$ 2.616,00	R\$ 523.200,00
5	26526	ÔNIBUS ESCOLAR - 5 VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, COM	KM	80	200	R\$	R\$	R\$ 265.280,00



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

		AR-CONDICIONADO, LOTAÇÃO MÍNIMA DE 45 PASSAGEIROS SENTADOS, ANO DE FABRICAÇÃO MÍNIMO 2011, COM MOTORISTA, PARA ATENDIMENTO NOS TURNOS MATUTINO, VESPERTINO E NOTURNO, NA ROTA: PEDRO BALBINO – TOCO DA VELHA – BATISTA – BREJINHO – OITI – MORADA DO SOL – RUA DA ESTAÇÃO – DOM JOSÉ VICENTE TÁVORA – PEDRO BALBINO – COLÉGIO AGRÍCOLA. OS HORÁRIOS DE OPERAÇÃO SERÃO: TURNO MATUTINO, COM SAÍDA ÀS 05H00, CHEGADA ÀS 07H30 E RETORNO ÀS 11H30; TURNO VESPERTINO, COM SAÍDA ÀS 12H20, CHEGADA ÀS 12H55 E RETORNO ÀS 16H50; E TURNO NOTURNO, COM SAÍDA ÀS 17H40, CHEGADA ÀS 18H30 E RETORNO ÀS 22H00.				16,58	1.326,40	
6	26527	ÔNIBUS ESCOLAR - 6 VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, COM AR-CONDICIONADO, LOTAÇÃO MÍNIMA DE 45 PASSAGEIROS SENTADOS, ANO DE FABRICAÇÃO MÍNIMO 2011, COM MOTORISTA, PARA ATENDIMENTO NOS TURNOS MATUTINO, VESPERTINO E NOTURNO, NA ROTA: PEDRO BALBINO – TERRA VERMELHA – NEGRINHA – BOQUEIRÃO – TANQUE DE DENTRO – JAQUEIRA – COLÉGIO AGRÍCOLA – PEDRO BALBINO – TÁVORA. OS HORÁRIOS DE OPERAÇÃO SERÃO: TURNO MATUTINO, COM SAÍDA ÀS 06H00, CHEGADA ÀS 07H30 E RETORNO ÀS 11H30; TURNO VESPERTINO, COM SAÍDA ÀS 12H20, CHEGADA ÀS 12H55 E RETORNO ÀS 16H50; E TURNO NOTURNO, COM SAÍDA ÀS 17H40, CHEGADA ÀS 18H30 E RETORNO ÀS 22H00.	KM	92	200	R\$ 16,12	R\$ 1.483,04	R\$ 296.608,00
7	26528	ÔNIBUS ESCOLAR - 7 VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, COM AR-CONDICIONADO, LOTAÇÃO MÍNIMA DE 45 PASSAGEIROS SENTADOS, ANO DE FABRICAÇÃO MÍNIMO 2011, COM MOTORISTA, PARA ATENDIMENTO NOS TURNOS MATUTINO, VESPERTINO E NOTURNO, NA ROTA: PEDRO BALBINO – ENTROCAMENTO – BREJINHO – ONÇA – CACHIMBEIRO – 27 DE ABRIL – TÁVORA – PEDRO BALBINO – COLÉGIO AGRÍCOLA. OS HORÁRIOS DE OPERAÇÃO SERÃO: TURNO MATUTINO, COM SAÍDA ÀS 05H00, CHEGADA ÀS 07H30 E RETORNO ÀS 11H30; TURNO VESPERTINO, COM SAÍDA ÀS 12H20, CHEGADA ÀS 12H55 E RETORNO ÀS 16H50; E TURNO NOTURNO, COM SAÍDA ÀS 17H40, CHEGADA ÀS 18H30 E RETORNO ÀS 22H00.	KM	109	200	R\$ 16,04	R\$ 1.748,36	R\$ 349.672,00
8	26529	ÔNIBUS ESCOLAR - 8 VEÍCULO TIPO ÔNIBUS, COM AR-CONDICIONADO, LOTAÇÃO MÍNIMA DE 45 PASSAGEIROS SENTADOS, ANO DE FABRICAÇÃO MÍNIMO 2011, COM MOTORISTA, PARA ATENDIMENTO NOS TURNOS MATUTINO, VESPERTINO E NOTURNO, NA ROTA: PEDRO BALBINO – CAMPO GRANDE – ESTACADA – ALECRIM – BOQUEIRÃO – NEGRINHA – TERRA VERMELHA. OS HORÁRIOS DE OPERAÇÃO SERÃO: TURNO MATUTINO, COM SAÍDA ÀS 05H00, CHEGADA ÀS 07H30 E	KM	160	200	R\$ 16,47	R\$ 2.635,20	R\$ 527.040,00



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

		RETORNO ÀS 11H30; TURNO VESPERTINO, COM SAÍDA ÀS 12H20, CHEGADA ÀS 12H55 E RETORNO ÀS 16H50; E TURNO NOTURNO, COM SAÍDA ÀS 17H40, CHEGADA ÀS 18H30 E RETORNO ÀS 22H00.						
TOTAL GERAL								R\$ 2.851.828,00

2.2 Todos os itens contantes na planilha constante do anexo I – Termo de Referência será permitido à participação de quaisquer interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos, e que detenham atividade compatível e pertinente com o seu objeto

2.3 O prazo de vigência da contratação é de **12 (DOZE) MESES**, contados da assinatura do contrato e podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021. Com possibilidade de aditivo caso aplicável conforme as diretrizes vigentes.

2.4. A presente contratação está classificada como serviço comum, conforme definição da legislação vigente, uma vez que os padrões de qualidade e desempenho podem ser objetivamente definidos por meio de especificações técnicas usuais no mercado. Os serviços deverão ser iniciados em até 5 (cinco) dias corridos após o recebimento da ordem de serviço, seguindo a padronização dos órgãos públicos e observando os critérios legais e operacionais exigidos.

2.5. A empresa contratada deverá ser especializada e possuir capacidade técnica e operacional comprovada para a execução integral do serviço de transporte escolar. Deverá assumir total responsabilidade pela disponibilização dos veículos, motoristas, manutenção preventiva e corretiva, bem como todas as demais despesas operacionais, trabalhistas, previdenciárias, tributárias e legais decorrentes da execução do contrato. Será vedado o repasse de quaisquer encargos ou reembolsos adicionais à administração pública.

2.6. Os serviços deverão ser executados ao longo de aproximadamente 200 (duzentos) dias letivos por ano, conforme previsto no calendário escolar municipal e estadual, abrangendo os turnos matutino, vespertino e noturno, inclusive sábados letivos, quando houver. A prestação deverá ocorrer com pontualidade e regularidade, respeitando os horários e rotas previamente definidos pela Secretaria Municipal de Educação.

2.7. A contratação abrangerá 08 (oito) trajetos fixos, que atendem diferentes localidades do município de TOMAR DO GERU, incluindo áreas urbanas, rurais e de difícil acesso. Todos os trajetos deverão ser operados com veículos tipo ônibus, com capacidade mínima de 45 passageiros, devidamente licenciados, com



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

seguro obrigatório vigente, autorização específica para transporte escolar e dotados de todos os itens obrigatórios de segurança e conforto.

2.8. O serviço de transporte deverá estar disponível de segunda a sexta-feira, e também nas reposições de aulas (sábados), sábados letivos, reforço/recuperação escolar, recessos escolares ou atividades extracurriculares e viagens extras que as escolas considerarem como suplemento do ano letivo, por um período de 12 meses, abrangendo os cronogramas de ensino matutino, vespertino e noturno, conforme condições, nos termos da tabela abaixo, conforme condições estabelecidas neste instrumento

2.9. Os horários de saída e retorno dos veículos deverão seguir os seguintes parâmetros presentes nos itens.

Será exigida a substituição imediata de veículos em caso de falha, pane ou acidente, em até 2 (duas) horas na sede do município e em até 3 (três) horas nas zonas rurais, além da manutenção de veículos reservas disponíveis. Os motoristas deverão possuir CNH (D ou E), curso específico para transporte escolar, e cadin. Também deverão portar crachá, usar uniforme e manter postura ética, sendo vedado o uso de qualquer substância psicoativa durante o exercício da função.

SEGURO: A contratada deverá providenciar, seguro vigente de todos os veículos disponibilizados, com cobertura mínima contra danos materiais, colisões, furtos, roubos e danos causados a terceiros. A responsabilidade pelo pagamento de quaisquer franquias decorrentes da ocorrência de sinistros será exclusiva da contratada, sem ônus para a Administração Pública, salvo nos casos de comprovado dolo ou culpa exclusiva da Administração.

3. DAS OBRIGAÇÕES

3.1. Do Prestador de Serviço

A empresa contratada deverá:

a) Quanto à regularidade jurídica e contratual:

3.1.1. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e demais exigências estabelecidas no processo licitatório, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções cabíveis;

3.1.2. Não transferir, ceder, subcontratar, sublocar ou associar a terceiros, total ou parcialmente, o objeto contratual;

3.1.3. Providenciar, previamente, todas as licenças, alvarás, autorizações ou documentos equivalentes exigidos pelos órgãos competentes para a execução dos serviços, incluindo autorizações específicas para tráfego em rodovias estaduais e federais (ex: ANTT ou similar);

3.1.4. Permitir à CONTRATANTE o pleno acesso à fiscalização e auditoria dos serviços, inclusive inspeção técnica dos veículos sempre que solicitado.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

b) Quanto à execução dos serviços:

- 3.1.5. Executar os serviços de acordo com todas as especificações técnicas e operacionais constantes neste Termo de Referência e demais documentos do processo;
- 3.1.6. Alocar todos os recursos necessários para garantir a prestação contínua, regular e satisfatória dos serviços, sem ônus adicionais à Administração;
- 3.1.7. Corrigir de forma imediata quaisquer falhas, deficiências ou irregularidades apontadas pela fiscalização da CONTRATANTE;
- 3.1.8. Apresentar diariamente os veículos em perfeitas condições de limpeza, conservação, segurança e funcionamento.
- 3.1.9 Fornecer crachá de identificação, uniformes e complementos adequados para o desenvolvimento das atividades, submetidos previamente à aprovação da CONTRATANTE. Os custos de qualquer um desses itens de uniforme e equipamentos não poderão ser repassados aos seus empregados;

c) Quanto aos veículos e motoristas:

- 3.1.10. Fornecer veículos devidamente licenciados com **ano do veículo igual ou superior à 2011**, segurados e autorizados para transporte escolar, conforme legislação vigente;
- 3.1.11. Disponibilizar motoristas em número suficiente para cobrir toda a demanda contratada, inclusive nos casos de afastamentos, faltas, férias, licenças ou desligamentos;
- 3.1.12. Empregar exclusivamente motoristas com **CNH (D OU E) , sem registro de infrações graves ou gravíssimas nos 12 (doze) meses anteriores à contratação**, e com **certificação válida de condutor de transporte escolar**;
- 3.1.13. Manter rigoroso controle sobre a validade da CNH de todos os motoristas e da regularidade da documentação dos veículos.

d) Quanto às responsabilidades legais, trabalhistas e civis:

- 3.1.13. Arcar integralmente com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, comerciais, cíveis e administrativos decorrentes da execução dos serviços, inclusive alimentação, transporte, seguros, assistência médica e indenizações;
- 3.1.14. Responder por qualquer dano causado à CONTRATANTE ou a terceiros, resultante de culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos;
- 3.1.15. Assumir exclusivamente a responsabilidade por reclamações, ações judiciais ou extrajudiciais de qualquer natureza decorrentes da prestação dos serviços contratados;
- 3.1.16. Responsabilizar-se por todas as multas aplicadas pelos órgãos de trânsito, meio ambiente ou fiscalização pública, decorrentes de infrações cometidas durante a execução contratual;
- 3.1.17. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes envolvendo seus empregados, servidores públicos ou terceiros, inclusive com a devida cobertura de despesas médicas, hospitalares e indenizatórias.

3.2. DO ORGÃO

- 3.2.1. Notificar o prestador quanto à requisição do serviço mediante o envio da nota de empenho, ou ordem de serviço a ser repassada via e-mail ou retirada pessoalmente pelo contratado sendo que a nota de empenho repassada ao prestador de serviço poderá representar a uma ordem de serviço;
- 3.2.3. Notificar o prestador de serviço de qualquer irregularidade encontrada na execução contratual.
- 3.2.4. Efetuar os pagamentos devidos observadas as condições estabelecidas e conforme os serviços executados;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’, da Lei nº 14.133/2021).

4.1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.2 A Fundamentação deste processo considera inciso I do art. 28 da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006 com a redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 e posteriores alterações, Lei nº 13.655, de 25 de abril de 2018.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

5.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’, da Lei nº 14.133/21)

6.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, limitada especificamente à locação de veículos de pequeno porte, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

6.1.2. A subcontratação depende de autorização prévia e por escrito da Administração, devendo a Contratada formalizar o pedido apresentando a documentação da subcontratada que comprove:

- A) Regularidade fiscal, social e trabalhista;
- B) Capacidade técnica para a execução da parcela objeto da subcontratação.

6.1.3. O limite máximo permitido para subcontratação é de **40%** do valor total atualizado do contrato.

6.1.4. É vedada a subcontratação de pessoas físicas ou jurídicas que se enquadrem nas vedações de contratar com a Administração previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

6.1.5. A subcontratação não transfere à subcontratada as obrigações contratuais da Contratada, que permanece como a única responsável perante a Administração pela qualidade dos veículos, manutenção, substituição em caso de pane e pelo cumprimento integral das obrigações acessórias.

Os pagamentos serão efetuados exclusivamente à Contratada, sendo vedado o pagamento direto à subcontratada pela Administração, salvo se houver previsão específica em edital e concordância mútua.

6.2. Garantia da Proposta.

6.2.1 Será exigida a garantia de proposta, de que trata o §1º, do art. 58, da Lei nº 14.133, de 2021, a ser indexada via sistema pelo qual se processará a licitação, no campo momento oportuno, com validade durante o torneio licitatório, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação. A mesma poderá ser depositada na seguinte instituição bancária caso o licitante escolha essa opção: 047 - BANCO DO ESTADO DE SERGIPE, Conta corrente – 300.264-4, Agência 020, Tipo 22. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação. §2º, do Art. 58, da Lei Federal Nº 14.133/2021.

7. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

Condições de execução

Operacionalização e Contingências

- 7.1.** A contratada deverá disponibilizar a totalidade dos veículos destinados ao início dos serviços do ano letivo no prazo de 5 dias corridos após o recebimento da respectiva ordem de serviço autorizadora, assegurando que todas as 8 rotas estabelecidas para o atendimento dos alunos da rede pública municipal e estadual estejam plenamente cobertas desde o primeiro dia de operação.
- 7.2.** A frota apresentada pela empresa deverá contemplar não apenas os veículos que estarão efetivamente em serviço nas rotas fixas, mas também a manutenção de, no mínimo, 2 veículos de reserva prontos para uso imediato, os quais servirão para suprir eventuais avarias ou necessidades de manutenção naqueles que estiverem em circulação.
- 7.3.** A substituição de veículos deverá ser processada de forma automática e sem qualquer prejuízo ao cumprimento do horário escolar quando a necessidade for detectada antes do início do dia letivo, ao passo que, se a intercorrência ocorrer durante a execução do trajeto, a contratada terá o prazo máximo de 30 minutos, após o comunicado, para realizar a substituição. O veículo reserva deverá se locomover até o ponto exato da avaria para completar o transporte dos alunos, garantindo que o trajeto seja concluído com o menor tempo de atraso possível.
- 7.4.** Todos os custos decorrentes das operações de substituição de veículos deverão ser integralmente suportados pela contratada, que assume todos os riscos inerentes à atividade econômica explorada, de modo que a Administração Pública não terá qualquer ônus financeiro adicional ou dever de reembolso por tais medidas de contingência.
- 7.5.** A não realização da substituição do veículo no prazo estipulado ou a ausência da conclusão integral dos serviços diários em cada turno acarretará na glosa do valor correspondente àquele trajeto específico. A falha na prestação do serviço será constatada pela ausência dos alunos em sala de aula, ressalvando-se que será admitida uma tolerância de atraso de no máximo 1 hora para a chegada à unidade escolar, prazo este que se mostra razoável para ajustes operacionais emergenciais sem que ocorra a perda total da utilidade da atividade pedagógica para o estudante naquele turno.
- 7.6.** O modelo operacional do transporte escolar em Tomar do Geru fundamenta-se na pontualidade da mobilização técnica e no cumprimento rigoroso dos horários de chegada nas unidades de ensino, pois o início dos serviços é caracterizado pelo deslocamento dos veículos até o primeiro ponto de embarque, o qual será estrategicamente definido pela Secretaria Municipal de Educação para cada uma das 8 rotas previstas. A contratada deve assegurar que cada veículo esteja posicionado no local de partida com a antecedência necessária para percorrer todo o trajeto de coleta dos estudantes, de modo que o desembarque nas escolas ocorra sempre de forma segura e antes do início das atividades pedagógicas de cada turno.

Dos turnos e horários



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

7.7. No turno matutino, a dinâmica de execução exige que a coleta dos alunos nos pontos determinados ocorra entre 04h30 e 06h00, a depender da extensão e das particularidades geográficas de cada trajeto específico, sendo obrigatório que o percurso seja concluído para que a chegada nas escolas aconteça impreterivelmente até as 07h30. O serviço deste turno será finalizado com o transporte de retorno dos estudantes para suas residências a partir das 11h30, momento em que a frota deverá estar novamente a postos nas unidades escolares para garantir que o fluxo de saída ocorra sem atrasos ou aglomerações desnecessárias.

7.8. Para o **turno vespertino**, a logística de atendimento estabelece que o processo de embarque nos pontos estratégicos se inicie às 12h20, permitindo que os alunos cheguem às salas de aula até as 12h55 para o aproveitamento integral do período letivo, além de prever que o trajeto de retorno aos lares ocorra regularmente às 16h50. Já o **turno noturno** seguirá um cronograma ajustado às necessidades do ensino médio e técnico, com o início da coleta às 17h40 para assegurar a entrada nas escolas até as 18h30, enquanto a última etapa de transporte diário para recondução dos alunos aos seus domicílios será executada às 22h00, encerrando assim o ciclo operacional com a observância de todos os critérios de qualidade e eficiência exigidos.

7.9. É importante ressaltar que os pontos de parada e os itinerários exatos de cada uma das 8 rotas serão fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação e deverão ser seguidos fielmente pela contratada, pois qualquer alteração não autorizada nos locais de embarque ou desembarque será considerada falha na execução contratual. A fluidez da comunicação entre os motoristas e a fiscalização do município será o mecanismo garantidor para que eventuais ajustes em virtude de obras viárias ou mudanças climáticas não prejudiquem o tempo de trânsito dos alunos, mantendo sempre o foco no acesso digno à educação.

Do controle e segurança dos usuários

7.10. O controle rigoroso do fluxo de regresso dos estudantes é uma obrigação central da prestação dos serviços, visto que a contratada deve garantir, mediante coordenação direta com a Secretaria de Educação e com as equipes gestoras de cada unidade de ensino, que todos os alunos desembarcados na escola no início de cada turno estejam devidamente acomodados no veículo para o transporte de volta às suas residências. Essa dinâmica de conferência mútua é essencial para que o serviço cumpra sua função social com segurança, pois a empresa assume o compromisso de zelar para que o mesmo estudante que utilizou o transporte na mobilização inicial seja reconduzido com integridade ao seu ponto de origem, evitando que menores fiquem desamparados após o encerramento das atividades pedagógicas.

7.11. No momento do embarque para o retorno, caso o motorista ou o responsável pelo veículo identifique a ausência de 1 ou mais alunos que constavam na lista de chegada daquele dia, ele deverá obrigatoriamente buscar a justificativa para tal ocorrência junto à secretaria da escola antes de iniciar o trajeto. É fundamental registrar formalmente se o aluno foi liberado para seus pais ou responsáveis legais ou se houve qualquer outra situação excepcional autorizada pela direção, pois esse procedimento documentado resguarda tanto a Administração Pública quanto a própria contratada em eventuais incidentes, além de assegurar que 100% da demanda atendida na mobilização matutina, vespertina ou noturna tenha o suporte logístico garantido para o retorno seguro aos seus lares.

Do calendário, da comprovação e das condições diárias de operação

7.12. A execução do serviço de transporte escolar estará estritamente vinculada ao calendário oficial aprovado para o ano letivo, abrangendo aproximadamente 200 dias de efetiva atividade educacional, podendo contemplar reposições de aulas e sábados letivos mediante necessidade da rede de ensino. A Secretaria Municipal de Educação fornecerá o calendário completo à contratada com antecedência razoável para a organização das escalas de trabalho, além de comunicar formalmente quaisquer alterações, antecipações de feriados ou



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

suspensões de aulas por motivos de força maior, garantindo que a frota seja mobilizada e remunerada apenas nos dias de real utilidade pública para os alunos.

7.13. Para assegurar a transparência e possibilitar a medição correta dos serviços, a contratada deverá instituir um controle diário de viagens para cada rota operada, o qual será preenchido pelo motorista e obrigatoriamente assinado pela direção ou coordenação escolar responsável pelo recebimento dos alunos. Este documento diário servirá como base incontestável para a elaboração dos relatórios periódicos de execução exigidos pela Administração, os quais deverão consolidar os horários de chegada e saída, o quantitativo de estudantes transportados e o registro de quaisquer ocorrências atípicas no trajeto, constituindo o instrumento hábil e necessário para que o fiscal do contrato autorize as liquidações e os pagamentos.

7.14. Durante todos os dias de execução contratual os veículos deverão se apresentar nos pontos iniciais em perfeitas condições de higiene, conservação e funcionamento mecânico, sendo submetidos a processos de limpeza interna e externa antes do início das atividades de cada turno. Os motoristas também deverão manter conduta exemplar e compatível com o ambiente educacional, utilizando fardamento padronizado, portando crachá de identificação e respeitando rigorosamente a legislação de trânsito vigente, sobretudo os limites de velocidade em estradas vicinais e áreas urbanas, pois o zelo contínuo pela segurança e bem-estar dos alunos é condição indissociável da prestação deste serviço.

8. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

8.1. Não haverá exigência de garantia contratual.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

9.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is), ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

9.3.1. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

9.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

9.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 9.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 9.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
- 9.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 9.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).
- 9.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º).
- 9.9 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 9.10 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 9.11 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 9.12 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 9.13 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 9.14 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

9.15 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento de 2026.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

UNIDADE	AÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSOS
16006 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2014 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	33903900 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001– IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
16006 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2038 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE ESCOLAR	33903900 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15530000 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE)
16006 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2038 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE ESCOLAR	33903900 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15760000 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS ESTADOS PARA PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO
16006 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2038 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE ESCOLAR	33903900 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15710000 – TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada através da aprovação da Lei Orçamentária respectiva e da liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, conforme o caso e aplicação

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

11.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, pelos fiscais, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

11.2 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 11.3 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 11.4 O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 11.5 O fiscal do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 11.6 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 11.7 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 11.8 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 11.9 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
- 11.10 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 11.11 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 11.12 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 11.13 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até **05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 11.14 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 11.15 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 11.16 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 11.17 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 11.18 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 11.19 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 11.20 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 11.21 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 11.22 O município de Tomar do Geru efetuará, no ato do pagamento, a retenção de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor do pagamento, relativo ao valor do APOIO PECUNIÁRIO previsto no art. 6º, da Lei Municipal nº 720/2020.

Liquidação

- 11.23 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 11.24 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021
- 11.25 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.26 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

11.27 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

11.28 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

11.29 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

11.30 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.31 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

11.32 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

11.33 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS**, contados da finalização da liquidação da despesa.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

11.34 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA-E* de correção monetária.

Forma de pagamento

11.35 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.36 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.37 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.37.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.38 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

12.1. O prestador de serviço será selecionado por meio da realização de procedimento de **PREGÃO ELETRÔNICO**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

Exigências de habilitação

12.2. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, **no que couber**:

Habilitação jurídica

12.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 12.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 12.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 12.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 12.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 12.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 12.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso **CNPJ**;
- 12.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Estadual ou Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 12.16. Prova de regularidade fiscal perante a **FAZENDA NACIONAL**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 12.17. Prova de regularidade com a **FAZENDA ESTADUAL E MUNICIPAL** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre
- 12.18. Prova de regularidade com o **FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (FGTS)**;
- 12.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **JUSTIÇA DO TRABALHO**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 12.20. De forma a demonstrar a prova de qualificação econômico-financeira, os interessados neste processo deverão apresentar, conforme art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

12.20.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado neste processo, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação neste processo (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

12.20.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do prestador de serviço – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II); com emissão não superior a 90 (noventa) dias.

12.20.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando: (§6º e Inc. I, do Art. 69, da Lei Federal Nº 14.133/2021) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

12.20.3.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

12.20.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

12.20.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação Capital Social Mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

12.20.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

12.20.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.21 – Para Qualificação Técnica:

12.21.1 – A Qualificação Técnica será comprovada mediante a apresentação de 1 (um) ou mais atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem aptidão, pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o item cotado pela empresa.

12.21.2. Não Serão admitidos atestados em nome de eventuais subcontratadas ou de outras empresas que não sejam licitantes.

12.21.3. Comprovação de inscrição ou Registro no Conselho Regional de Administração, de origem da sede do licitante comprovado através de certidão de registro e regularidade da pessoa jurídica em nome da licitante, juntamente com o certificado de responsabilidade técnica e certidão de regularidade profissional do responsável pertencente ao seu quadro junto ao CRA, todos documentos em plena validade. (tratando-se de licitante sediada fora do estado de Sergipe deverá apresentar registro secundário expedido pelo CRA-SE) (Inciso V, do art. 67 da Lei nº 14.133/21).

12.21.4. Para efeito de comprovação de vinculação do profissional com a empresa poderá ser apresentado: CTPS, Carteira Profissional, contrato de prestação de serviços.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

12.21.5. Comprovação de que a Empresa está devidamente cadastrada na Secretaria de Estado de InfraEstrutura e do Desenvolvimento Urbano da sede da licitante ou outro órgão equivalente que possua competência para tal, do qual possua uma outra denominação senão a citada, documento este obrigatório para veículos que trafegarão em rodovia Estadual e/ou Federal, na atividade de transporte rodoviário de passageiros.

12.22 - Os documentos de habilitação deverão estar com prazo vigente.

REQUISITOS DA VISTORIA DOS VEÍCULOS CONTRATAÇÃO.

12.23. Após a definição do licitante vencedor e sua devida habilitação, a Secretaria Municipal de Educação designará uma Comissão de Vistoria, composta por servidores do Município de TOMAR DO GERU, a qual poderá contar com o apoio técnico de terceiros devidamente identificados no ato da inspeção.

12.23.1. A vistoria deverá ser realizada no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir do comunicado formal expedido pela Administração. A empresa proponente deverá, neste ato, apresentar a frota de veículos para vistoria em um dos seguintes locais:

- Na sede do Município de TOMAR DO GERU; ou
- Em local indicado pela proponente, desde que situado dentro de um perímetro máximo de 25 km da sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU.

12.23.2. Durante a vistoria, a comissão verificará o atendimento às exigências deste Termo de Referência e emitirá relatório circunstanciado e fundamentado, com parecer favorável ou desfavorável à aprovação da frota.

12.24. Documentação Obrigatória para Vistoria

A empresa proponente deverá apresentar, obrigatoriamente:

- Cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) de cada veículo a ser utilizado no serviço;
- Cópia do seguro obrigatório vigente de cada veículo;
- Relação nominal dos motoristas designados para a execução do serviço, com respectivos números de CNH (D ou E) e cópia das habilitações;
- Autorização para Transporte Escolar emitida pelo órgão estadual competente (DETRAN ou equivalente) para cada veículo.
- Comprovação da propriedade dos veículos cotados em sede de proposta, mediante a apresentação do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo – CRLV em nome da licitante. Os veículos deverão ser substituídos durante o período de contratação, quando estes apresentarem defeitos.
- Semestralmente, o eventual contratado deverá comprovar a realização obrigatória das inspeções legais, pelo DETRAN, da verificação de equipamentos obrigatórios de segurança, bem como afixar cópia na parte interna do veículo, na forma dos Arts. 136, II, e 137, da Lei 9.503/1997; no Guia do Transporte Escolar do FNDE; e, ainda, na forma da jurisprudência do TCU, a exemplo, o item 9.2.4., do Acórdão 1934/2019 – PLENÁRIO, bem como item 1.6.2.3., do Acórdão de Relação N° 300/2023 – Plenário.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- Deverá manter, em pleno estado de conservação, todo os equipamentos necessários para a perfeita execução contratual, em especial, o tacógrafo e pneu estepe, na forma dos Arts. 105, II e 136, IV, da Lei 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro); e, ainda, na forma da jurisprudência do TCU, a exemplo, os itens 9.1.4. e 9.1.5., do Acórdão 1934/2019 – PLENÁRIO no Guia do Transporte Escolar do FNDE.
- O licitante deverá manter, em especial, a parte interna do veículo, em pleno asseio, ou seja, limpo e devidamente conservado, bem como manter a plena urbanidade destes, em reverência, aos Arts. 130 e 230, V e XVIII, da Lei 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro) e, ainda, entendimentos do Tribunal de Contas da União – TCU, como o item 9.5., do Acórdão 885/2022 - TCU – Plenário.
- 12.25. Condições a Serem Avaliadas na Vistoria Técnica

A Comissão de Vistoria analisará, dentre outros aspectos:

- Condições do motor dos veículos;
- Estado dos sistemas de suspensão, direção e freios;
- Revisão externa: funcionamento de faróis, luzes de sinalização, lanternas, estado de conservação da lataria, pneus, limpadores de para-brisa, entre outros;
- Revisão interna: instrumentos do painel, bancos, extintores de incêndio, cintos de segurança, estepe, macaco, triângulo de segurança, limpeza e condições gerais de higiene e segurança;
- Regularidade documental dos veículos e condutores.

12.26. Disposições Complementares

A empresa vencedora deverá **manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação apresentadas na fase licitatória**, sob pena de rescisão contratual.

Caso a Comissão de Vistoria emita parecer desfavorável, a empresa será considerada inabilitada para a execução do serviço, sendo convocada a licitante classificada na posição imediatamente subsequente, respeitando a ordem de classificação e os demais requisitos legais.

13. DECLARAÇÕES

- 13.1. Declaração para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesesseis anos;
- 13.2. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, nos termos do art. 63, inciso I da Lei nº 14.133/2021;
- 13.3. Declaração dos interessados que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas? (art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021);
- 13.4. Declaração de observância do limite no processo para obtenção de benefícios da LC 123/2006, estando limitado às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

contratação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade (art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

13.5. As Declarações citadas acima, poderá ser substituída por uma declaração única.

14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1. O custo estimado total da contratação é **R\$ 2.851.828,00 (Dois milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, oitocentos e vinte e oito reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela exposta neste Termo.

Tomar do Geru (SE), 23 de abril de 2026.

Bruno Augusto dos Santos
Área de Planejamento
Responsável pela elaboração



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Município :	
ITEM:	
Linha:	
Veículo:	
Media quilometragem diaria:	
Media quilometragem para 20 dias letivos:	
Media quilometragem para 200 dias letivos:	

Custos Fixos		
1.0	Depreciação	
1.1	Preço do veículo (de acordo com o preço de mercado)	
1.2	Vida útil do equipamento (em meses)	
1.3	Valor residual (em percentual)	
1.4	Custo mensal de propriedade	
1.5	Custo da depreciação por km	
2.0	Juros	
2.1	Preço do veículo	
2.2	Taxa de juros mensal (de acordo com a taxa Selic)	
2.3	Valor dos juros mensal	
2.4	Km percorrida mensal	
2.5	Custo dos juros por km	
3.0	Motorista	
3.1	Salário mensal (Convenção Coletiva)	
3.2	Insalubridade - 20 %	
3.3	Encargos sociais e trabalhistas mensal	
3.4	Insumos mão-de-obra mensal	
3.5	Custo total mensal	
3.6	Custo do motorista por km	
4.0	Taxa Licenciamento	
4.1	Licenciamento IPVA anual - Alíquota	
4.2	Taxa licenciamento anual	
4.3	DPVAT anual	
4.4	Manutenção do tacógrafo anual	
4.5	Custo total anual	
4.6	Km percorrida anual	
4.7	Custo por km	
5.0	Seguro Passageiro	
5.1	Valor Seguro de Responsabilidade CIVIL-SRC anual	
5.2	Km percorrida anual	
5.3	Custo seguro passageiro por km	
Custos Variáveis		
6.0	Manutenção	
6.1	Manutenção - 20 % do valor do bem/ano.	



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

6.2	Km percorrida anual	
6.3	Custo manutenção por km	
7.0	Pneus	
7.1	Preço unitario do pneu	
7.2	Quantidade pneus rodando	
7.3	Preço total na troca - 6 pneus	
7.4	Vida util do pneu por km	
7.5	Custo dos pneus de rodagem por km	
8.0	Lubrificação	
8.1	Lubrificante motor	
8.2	Filtro de óleo	
8.3	Filtro de combustível	
8.4	Filtro de ar	
8.5	Custo total lubrificação	
8.6	Km rodados por troca	
8.7	Custo da lubrificação por km	
9.0	Lavagem	
9.1	Preço unitario por lavagem mensal	
9.2	Quantidade de lavagens mensal	
9.3	Custo total lavagens mensal	
9.3	Custo mensal por km	
10.0	Total dos Custos Fixos + Variáveis	R\$ 0,00
11.0	BDI (Bonificações e Despesas Indiretas)	0,00%
12.0	Preço Total por Km com BDI	R\$ 0,00
	Preço Total Diário	R\$ 0,00
	Preço Total Mensal	R\$ 0,00
	Preço Total	R\$ 0,00



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO II

Minuta do Termo de Contrato nº ____/2026

CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI A
PREFEITURA DE TOMAR DO GERU/SE, POR
INTERMÉDIO DO (A)

..... E
.....

A Prefeitura Municipal de Tomar do Geru/SE, com sede na Praça Getulio Vargas, nº 284, Centro, Tomar do Geru/SE, inscrita no CNPJ sob o nº 13.099.205/0001-18, neste ato representado pelo Prefeito o Srº **JADSON DE JESUS**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) *inscrito(a) no CNPJ sob o nº, sediado(a) na, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por* (nome e função no contratado), *conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nºe em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº ____/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

Contratação de empresa especializada em prestação de serviços em Locação de veículos tipo Ônibus, destinados ao Transporte Escolar, para atendimento aos alunos residentes do Município para deslocamento municipais.

Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QNT TOTAL DE KM	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1					
2					
3					

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

O Termo de Referência;

O Edital da Licitação;

A Proposta do contratado;

Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da **assinatura do termo contratual**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Endereço: Praça Getulio Vargas, nº 284, Centro, Tomar do Geru/SE

E-mail: setor.licitacoes@tomardogeru.se.gov.br



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- B) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- C) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- D) Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- E) Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- F) 2.4.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

É admitida a subcontratação parcial do objeto, limitada especificamente à locação de veículos de pequeno porte, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

A subcontratação depende de autorização prévia e por escrito da Administração, devendo a Contratada formalizar o pedido apresentando a documentação da subcontratada que comprove:

- A) Regularidade fiscal, social e trabalhista;
- B) Capacidade técnica para a execução da parcela objeto da subcontratação.

O limite máximo permitido para subcontratação é de **40%** do valor total atualizado do contrato.

É vedada a subcontratação de pessoas físicas ou jurídicas que se enquadrem nas vedações de contratar com a Administração previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021.

A subcontratação não transfere à subcontratada as obrigações contratuais da Contratada, que permanece como a única responsável perante a Administração pela qualidade dos veículos, manutenção, substituição em caso de pane e pelo cumprimento integral das obrigações acessórias.

Os pagamentos serão efetuados exclusivamente à Contratada, sendo vedado o pagamento direto à subcontratada pela Administração, salvo se houver previsão específica em edital e concordância mútua.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V).

O valor total da contratação é de R\$..... ()

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

Os preços inicialmente contratados serão fixos e irreajustáveis pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data da apresentação da proposta final da empresa vencedora, nos termos do art. 92, inciso V, e art. 134 da Lei nº 14.133/2021.

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice *IPCA-E*, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

São obrigações do Contratante:

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

A Administração terá o prazo de *01 (um) mês*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de *01 (um) mês*.

Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Serão aplicadas ao

contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas

Endereço: Praça Getulio Vargas, nº 284, Centro, Tomar do Geru/SE

E-mail: setor.licitacoes@tomardogeru.se.gov.br



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1. Moratória de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
2. *Moratória de 0,5 % (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10 % (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*
 - i. *O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*
3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 0,5% a 1% do valor do Contrato.
4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 0,5 % a 1% do valor do Contrato.
5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 1% do valor do Contrato.
6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 1% do valor do Contrato.

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e

Endereço: Praça Getulio Vargas, nº 284, Centro, Tomar do Geru/SE

E-mail: setor.licitacoes@tomardogeru.se.gov.br



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Indenizações e multas.

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE	AÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSOS
16006 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2014 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	33903900 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001– IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
16006 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2038 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE ESCOLAR	33903900 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15530000 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE)
16006 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2038 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE ESCOLAR	33903900 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15760000 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS ESTADOS PARA PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO
16006 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2038 MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE ESCOLAR	33903900 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15710000 – TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

Endereço: Praça Getulio Vargas, nº 284, Centro, Tomar do Geru/SE
E-mail: setor.licitacoes@tomardogeru.se.gov.br



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Fica eleito o Foro da comarca de Tomar do Geru para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Tomar do Geru/SE, 00 de xxxxx de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAR DO GERU
JADSON DE JESUS
CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- _____

2- _____